

Oposição tem pressa na votação do salário

BRASÍLIA — A oposição ao governo Collor no Congresso está disposta a só entrar em recesso depois de votar a Medida Provisória 273, que trata da política salarial. Essa posição ganhou ontem o apoio do líder do PDS, Amaral Neto (RJ). Depois de conversar com o presidente Fernando Collor, pela manhã, Amaral disse que a pressão da sociedade pela fixação de novas regras para compensar as perdas salariais do plano econômico está se tornando "insuportável".

De acordo com a orientação do governo, os líderes partidários aliados a Collor devem esperar por uma proposta saída do pacto social antes de deliberar sobre a questão dos salários.

Para o líder do PFL na Câmara, Arnaldo Faria de Sá, o orçamento da União deve ser considerado matéria de urgência, e examinado antes dos salários. Segundo ele, esta é a principal preocupação do governo na pauta de votação do esforço concentrado iniciado ontem.

O deputado José Genoíno (PT-SP) discorda e avisa que a obstrução será "imediata" a qualquer tentativa de recuo na votação da medida. "Vamos trabalhar no Natal, se for preciso, para garantir a votação da política salarial."

De acordo com o líder do governo na Câmara, Humberto Souto (PFL-MG), a proposta da equipe econômica continua sendo a livre negociação, prevista na MP que tramita no Congresso. Souto garantiu, porém, que a matéria não será submetida ao plenário sem um amplo acordo entre os partidos com base na proposta que deve sair do pacto.

Na sessão de ontem, foram apreciadas as três medidas provisórias que hoje perdem a validade — a que institui a Fundação Nacional de Saúde, a das prestações da casa própria e a que inclui entre as competências do Instituto Nacional de Seguro Social a execução de programas do governo federal na área de trabalho.